

INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO PÚBLICO: CUSTO DE DEPRECIÇÃO EM EDIFÍCIOS NOVOS NÃO OPERACIONALIZADOS – UPA 24 horas

JULIANO AVELAR MOURA¹, EVELLYN HELOIZA DOURADO MORAIS²

¹Dr. em Engenharia de Produção, Prof. da UFG/ Regional Goiás - Cidade de Goiás; bacharelado em Agronomia, IFG – Cidade de Goiás, jam.loboguara@gmail.com

²Bel. em Administração – UFG/ Regional Goiás, evellyn.dourado@gmail.com

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC
15 a 17 de setembro de 2021

RESUMO: Os recursos públicos são utilizados para investimentos em programas e ações que ofereçam e melhorem o atendimento da população em diversos aspectos, porém, quando esse recurso não é aplicado da maneira correta o mesmo pode representar não apenas o desperdício de recursos financeiros diretos relacionados ao escopo do projeto, mas também, custos sociais irreparáveis e irremediáveis em curto prazo. Tomemos como exemplo recente a pandemia do COVID-19, que **surpreendentemente**, vem alertar o cenário mundial sobre a necessidade de uma infraestrutura mínima de reserva destinada à saúde coletiva. A aplicação de recursos em programas/ações que não oferecem efetivamente uma melhoria no atendimento da população é uma situação presente na Cidade de Goiás - GO, desta forma, este trabalho apresenta uma análise sobre quais são os custos monetários decorrentes da depreciação de edifícios novos, que não entraram em operação na rede de saúde pública municipal, em função da precariedade da gestão pública. O campo desta pesquisa parte de uma situação real averiguado numa UPA - 24h (unidade de pronto atendimento) que foi contratada pelo município no ano de 2010 e concluída no ano de 2015.

PALAVRAS-CHAVE: administração; obras públicas; serviços; saúde.

PUBLIC HERITAGE: DEPRECIATION COST IN NEW BUILDINGS NOT OPERATED - 24 hour UPA

ABSTRACT: Public resources are used to invest in programs and actions that offer and improve the service of the population in several aspects, however, when this resource is not applied in the correct way it can not only waste resources, but can also end up generating several other direct, indirect costs and mainly social costs. The application of resources in programs / actions that do not offer an improvement in the service to the population is a present situation in the City of Goiás today. In this way, the problem of the present work is to carry out an analysis on what are the social monetary costs resulting from public mismanagement from the delay, non-completion and / or abandonment of infrastructure works in health units. More specifically, this work has as a problem to approach the monetary cost generated by the UPA located in the City of Goiás, which is currently abandoned, representing a waste of the resources invested in its work.

KEYWORDS: administration; public works; services; health.

INTRODUÇÃO

Analisar as consequências ligadas a má aplicação de recursos públicos é extremamente importante, principalmente em nosso cenário atual, onde os recursos são compreendidos como limitados (Ameida, 2010). Por existir esta limitação dos recursos públicos, constata-se a necessidade de uma gestão eficaz, já que, ao contrário dos recursos públicos, as necessidades da população são dadas como infinitas (Monteiro et al, 2011).

Por conta do cenário atual, cada vez mais é esperado que os administradores públicos possam administrar de forma eficiente e assim realizar uma boa gestão dos recursos disponíveis. Já, que a má aplicação de recursos públicos acaba tornando-se um grande problema, uma vez que o mesmo não representa apenas o prejuízo para os cofres públicos de modo geral, mas também acaba gerando diversos outros custos que afetam a sociedade de forma direta e indireta.

A partir da compreensão em relação as consequências geradas pela má aplicação dos recursos públicos, este trabalho mostra-se relevante pois propõe analisar quais são os custos monetários parciais para a sociedade decorrente da ociosidade dos projetos de infraestrutura das unidades básica de saúde, verificado na Cidade de Goiás - GO.

A Cidade de Goiás conta atualmente com apenas 1 hospital e 4 unidades de saúde básica para a realização de atendimento médico/hospitalar da população local, população esta, que foi estimada em 24.727 pessoas pelo IBGE em 2018. A partir do levantamento realizado junto à secretaria de saúde do município, foi indicada a disponibilidade de 61 leitos para a realização de atendimento da população, a indicação do Ministério da Saúde é que se tenha 2,5 a 3 leitos para cada mil habitantes.

Atualmente a cidade conta com uma importante obra finalizada de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), porém, embora a obra ter sido inaugurada em 2015, ela se encontra abandonada até os dias atuais (2020) e nunca funcionou de fato, gerando diversos custos que afetam direta e indiretamente a população.

Diante a situação, expõe a necessidade de analisar quais são as consequências econômicas e sociais relacionadas a falta de atendimento adequado à população devido a não operacionalização desses edifícios, que embora concluídos, ficam inativos por vários anos. O estudo apresenta uma análise e valores monetários sobre quais são os custos relacionados a depreciação da infraestrutura destinada à saúde pública na Cidade de Goiás – GO.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se no procedimento técnico de pesquisa de natureza quantitativa e abordagem descritiva. Os dados coletados foram obtidos por meio de observações e medições em campo, entrevista semiestruturada e levantamento de dados via sistema TABNET/Data Sus. Foi escolhida como amostra uma UPA 24h pertencente ao município de Goiás – GO. Os dados foram coletados mensalmente por 12 meses, com o objetivo de possibilitar a descrição dos aspectos ligados à gestão do patrimônio e mensuração da depreciação da edificação.

Foi utilizado o método matemático/estatístico de regressão linear simples para estabelecer a correlação temporal entre tempo e depreciação (Steavenson, 1981).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Custo Monetário da Infraestrutura e Depreciação

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, MCASP (2013), conceitua depreciação como a “redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”. A receita federal publicou uma instrução normativa de nº17000, de março de 2017, que apresenta o quadro 1 com o percentual de depreciação de acordo com o tipo de bens:

QUADRO 1: PORCENTAGEM DE DEPRECIÇÃO DE BENS

Bens	Prazo De Vida Útil (Anos)	Taxa Anual De Depreciação
Instalações	10	10%
Edificações	25	4%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Computadores e periféricos	5	20%

FONTE: MCASP (2013)

Como apresentado, de acordo com o quadro, a taxa de depreciação de edificações é de 4% ao ano, esta informação é extremamente relevante para o trabalho pois foi usada como referência na construção do quadro 2.

Para verificar o custo direto da infraestrutura em um primeiro momento foi aplicado a taxa de 4% indicada no quadro 1 sobre o valor de R\$1.641.323,69, **esse valor é referente ao custo total da obra concluída**. O quadro 2 apresenta então, qual foi a taxa de depreciação ocorrida na edificação em cada ano, desde a sua inauguração em 2015, até o ano de 2019.

QUADRO 2: MONTANTE DEPRECIADO DA CONSTRUÇÃO DA UPA DA CIDADE DE GOIÁS A PARTIR DO ANO DE SUA INAUGURAÇÃO ATÉ O MOMENTO ATUAL.

Ordem	Ano	Montante Depreciado (Y)	XY	X ²
1º	2015	1.641.323,69	1.641.323,69	1
2º	2016	1.575.670,75	3.151.341,50	4
3º	2017	1.512.643,92	4.537.931,76	9
4º	2018	1.452.138,17	5.808.552,68	16
5º	2019	1.394.052,65	6.970.263,25	25
	Ex= 15	EY= 7.575.829,15	EXY=22.109.412,88	Ex²= 55

FONTE: Dados da Pesquisa

A coluna 3 do quadro 2, apresenta a aplicação do percentual de 4% de depreciação a cada ano, isto durante 5 anos, que é o tempo disponível no qual a obra se encontra concluída e sem uso até o ano de referência que foi 2019. As demais colunas do quadro 2, são colunas auxiliares para a aplicação do método estatístico de regressão linear.

De acordo com o quadro 2, do ano de 2015 ao ano de 2019 o valor do edifício da UPA depreciou de R\$1.641.323,69 para R\$1.394.052,65. Ou seja, uma depreciação total no período de 5 anos de R\$247.271,04. Ressaltamos, que para a aplicação do método de regressão linear faz necessário o levantamento de valores de referência, por isso, foi aplicado o percentual fixo de depreciação para os 5 primeiros anos.

Podemos afirmar que a edificação da UPA até o momento já gerou um custo, ou melhor, um prejuízo no valor de R\$247.271,04, isto, sem atender sequer um morador da cidade. Um valor consideravelmente alto quanto ao custo de oportunidade do capital empregado e maior ainda em relação ao custo social. Recursos públicos da saúde destinados à infraestrutura, destinados aos projetos de edificações que após concluídos, depreciam em decorrência da gestão ruim e da falta de planejamento.

Com o objetivo de se aprofundarmos mais no entendimento em relação ao valor do custo direto da infraestrutura, buscamos fazer uma análise de regressão linear com a finalidade de determinarmos em quanto tempo/anos a obra da UPA, que se encontra concluída e sem prestar atendimentos, perderá o total do valor aplicado inicialmente em sua construção (depreciação total em anos). Foi aplicada uma regressão linear simples com o objetivo de estabelecer o montante depreciado ao longo dos anos em que a obra permaneceu acabada e sem uso. O método estabelece uma reta de probabilidades em que eventos e valores podem ser estimados a partir de valores de referência - no caso os 5 primeiros anos de depreciação a uma taxa de 4% - determinados na escala temporal da reta por meio da equação da reta: $y = a + bx$

Para obtermos valores validados por um método científico, aplicamos a equação da reta para estabelecer a correlação entre tempo e depreciação, a partir dos dados iniciais de referência medidos (5 primeiros anos). Com a aplicação da equação chegamos aos valores de depreciação temporal apresentado pelo quadro 3.

QUADRO 3: DEPRECIÇÃO DO VALOR DO MONTANTE DO EDIFÍCIO DA UPA 24H NA CIDADE DE GOIÁS (APLICAÇÃO DO QUADRO 2)

Ordem	Ano	Montante Depreciado
6 °	2020	1.329.743,45
7°	2021	1.267.936,00
8°	2022	1.206.128,54
9°	2023	1.144.321,08
10°	2024	1.082.513,63
11°	2025	1.020.706,17
12°	2026	958.898,71
13°	2027	897.091,25
14°	2028	835.283,80
15 °	2029	773.476,34
16 °	2030	711.668,88
17 °	2031	649.861,43
18 °	2032	588.053,97
19 °	2033	526.246,51
20°	2034	464.439,06
21°	2035	402.631,60
22 °	2036	340.824,14
23 °	2027	279.016,68
24 °	2038	217.209,23
25 °	2039	155.401,77
26 °	2040	93.594,31
27 °	2041	31.786,86
28 °	2042	-30.020,59

FONTE: Dados da Pesquisa.

Vê-se que, de acordo com os resultados obtidos podemos afirmar que em 28 anos o edifício da UPA (unidade de pronto atendimento) terá perdido todo seu valor de investimento e sem nenhum benefício social. O método demonstra que, durante o período do 27° ano ao 28° ano o edifício passa do valor “positivo” de R\$31.786,86 para o valor negativo de R\$-30.020,59. Podemos afirmar sob a óptica financeira, o edifício construído não vale mais nada.

Vale ressaltar, porém, que, além da depreciação natural do edifício existe também a possibilidade de que ocorra uma deterioração prematura do mesmo em função, quando for o caso, de materiais de baixa qualidade utilizada nas construções, falhas no projeto e falta de manutenção (Possan, 2013). Portanto, a **depreciação** total do edifício poderá ocorrer antes mesmo do ano previsto conforme cálculos apresentados, já que, as edificações mencionadas não receberam e não recebem quaisquer tipo de manutenção o que permite uma deterioração maior do edifício e sua estrutura (figura 1).



Figura 1: UPA 24 horas, obra inaugurada em 2015 e sem uso até o presente ano (2020) – Cidade de Goiás - GO

CONCLUSÃO

A precariedade na gestão do patrimônio público leva à perda de valor dos bens moveis e imóveis que constituem o patrimônio público. Esta depreciação pode ocorrer por diversos fatores, mas é compreendida principalmente pelo desgaste natural, que ocorre quando não há quaisquer tipos de manutenção para garantir e melhorar o tempo de vida útil de um imóvel. As manutenções, sejam elas preditivas, preventivas ou corretivas se fazem essenciais para evitar a aceleração da depreciação das edificações, sejam elas bens públicos ou privados.

Edificações em desuso acarreta custos diretos e indiretos; custos em relação ao patrimônio e em relação à demanda social. A equação da reta demonstra que em aproximadamente 28 anos a edificação em estudo será depreciada por completo, perdendo totalmente o valor (de R\$1.641.323,69) investido na sua construção.

Por fim, acreditamos que o método empregado poderá ser extrapolado para um estudo maior, para o levantamento do capital parado e em depreciação em toda região da área de atuação do consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Vermelho, que é composto por 16 municípios do estado de Goiás. Um estudo maior poderá subsidiar o mistério público, o ministério da saúde a respeito da destinação correta dos recursos públicos destinados às obras de infraestrutura em saúde, e também, ao CREA-GO a respeito de parâmetros de qualidade dos serviços, de fiscalização e materiais empregados nessas obras.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. M. Os serviços de saúde pública e o sistema de saúde. Rev. Port. Sau. Pub., Lisboa, 2010, v. 28, n. 1, p. 79-92.
- MCASP. Manual De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público. 7ª Edição. Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso em: 07 de abril de 2019.
- Possan, E.; Demoliner, C.A. Desempenho, durabilidade e vida útil das edificações: abordagem geral. Revista técnico-científica, 2013, v. 1, n. 1, p. 53- 69.
- Silva, E. A.; Auxiliadora, D.; Monteiro, A. Alocação de Recursos Públicos: Uma Análise de Eficiência Relativa nas Microrregiões Mineiras. XXXV Encontro da ANPAD, 2011, p - 1-17.
- Stevenson, W. J. Estatística Aplicada à Administração. - São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1981.495p.